

Imigração e Colonização

A QUESTÃO da imigração europeia do século passado está intimamente ligada à da escravidão. Vimo-lo aliás ao tratar desta última no capítulo anterior. Trata-se efetivamente de dois aspectos, embora distintos, de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira, e que é grande transformação do regime de trabalho no país. Notemos, antes de mais nada, que a imigração europeia do séc. XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora. O povoamento brasileiro se realizara até então mercê do afluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na sua grande maioria e quase totalidade), da importação de escravos africanos, e finalmente pela incorporação de indígenas. A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem europeia, cujo afluxo e fixação no país serão provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra.

É certo que se encontram no passado alguns exemplos deste tipo de povoamento; são, contudo, excepcionais. Empregou-se sobretudo para povoar e ocupar regiões de valor estratégico que a imigração espontânea deixava ao abandono; foi o caso de alguns setores fronteiriços da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola. É o que se deu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Empregaram-se aí sobretudo colonos naturais das ilhas dos Açores, concedendo-se-lhes facilidades para o transporte e o estabelecimento⁶⁶. Em menor escala passou-se coisa semelhante no Extremo-Norte, no Pará.

A imigração e colonização provocadas tiveram nestes casos, como se vê, objetivos políticos e militares. É somente depois da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, que sua finalidade se torna própria e exclusivamente demográfica; e ao mesmo tempo se amplia muito. Quando os acontecimentos na Europa obrigam o rei, sua corte e seu governo a se mudarem para a colônia e nela erigirem a sede da monarquia portuguesa, impor-se-á desde logo, como já foi referido, a necessidade de considerar o Brasil mais que uma simples colônia. Julgou-se mesmo um momento que o território metropolitano, o reino europeu, estava definitivamente perdido para a coroa e a monarquia lusitana, e que o Brasil seria o seu substituto. É certo que tal alternativa não vingou; o reino europeu seria restituído, e as contingências da política nacional e internacional portuguesa forçariam o retorno do soberano, e mesmo uma tentativa frustrada de fazer o Brasil voltar ao antigo estatuto, em parte já ultrapassado, de simples colônia. Mas seja co-

⁶⁶ O assunto já foi referido anteriormente. Veja-se o capítulo 11. Observamos que a Espanha agiu da mesma forma e com o mesmo objetivo no território da atual República Oriental do Uruguai, utilizando para isto colonos das Canárias. Esta foi a origem do povoamento de Montevideu.

mo for, durante a permanência do soberano português e de seu governo no Rio de Janeiro, seguir-se-á com relação ao Brasil uma nova política. Política cheia de contradições, é certo, em que o país se considerará alternativa e muitas vezes até simultaneamente, colônia e nação; mas assim mesmo suficiente para revolucionar o antigo sistema colonial puro. Foi este, entre outros, o caso estudado acima das diferentes medidas de caráter econômico que então se adotaram, e que embora não visassem deliberadamente este fim, romperam muitas das conexões coloniais do Brasil. É também o que se deu, em certo sentido, na questão da política de povoamento. Não foi difícil compreender que o sistema até então seguido, isto é, aquele que a par de uma débil corrente de colonos brancos, trazia para o Brasil a massa volumosa de escravos africanos, se converteu a uma simples colônia destinada a fornecer gêneros tropicais ao comércio da metrópole, já não se enquadrava evidentemente nas exigências de uma nação. A heterogeneidade que resultava de um tal sistema, tanto racial como cultural e social, era situação por demais imprópria para um país que se tornara sede de uma monarquia européia. As condições que os dirigentes portugueses encontraram no Brasil quando nele instalaram o trono e o governo nacionais, eram mais que inconvenientes; faziam-se alarmantes. Não lhes foi difícil compreender a necessidade de reformas.

Num caso particular e concreto eles tiveram logo a medida das dificuldades com que esbarravam para reorganizarem no Brasil a monarquia portuguesa privada de sua base européia. Era preciso reconstituir suas forças armadas, matéria sobretudo importante num momento como aquele de graves dificuldades internacionais: o território metropolitano ocupado pelo inimigo, sérias ameaças pesando sobre os demais domínios lusitanos, as rotas marítimas vitais para o comércio português parcialmente interrompidas, a própria soberania da nação entregue às boas graças de um poder estranho como a Grã-Bretanha. A reconstituição da força armada da nação era o primeiro passo necessário para o restabelecimento da plena soberania e da personalidade internacional da monarquia portuguesa, tão gravemente comprometidas e afetadas. Acresce que as questões do Prata que surgem logo após a chegada do soberano no Brasil, envolvem o país em novos conflitos muito sérios.

Impõe-se assim o problema de como organizar no Brasil uma força armada eficiente, contando para isto apenas com uma população dispersa e rarefeita, composta de quase 50% de escravos e outra grande parcela de elementos heterogêneos e mal assimilados. Nunca foi possível resolver devidamente este problema, e o soberano português teve de contar até o fim de sua permanência no Brasil com a boa vontade de seu aliado inglês; e para sua ação no Prata foi obrigado a recorrer a tropas recrutadas em Portugal depois da expulsão dos franceses. Mas a existência do problema serviu de estímulo para reformas da política de povoamento do país.

Coisa semelhante se passará com relação à segurança interna. O soberano, a corte, seu séquito numeroso de fidalgos e funcionários, ligados ao reduzido núcleo da classe dominante de colonos brancos que vieram encontrar aqui, nunca se sentirão suficientemente tranquilos e seguros em meio desta massa de escravos, libertos e similares que formava o corpo da população do país e na

qual, na falta de outra, tinham de recrutar suas forças armadas. As tropas nativas terão de continuar sendo enquadradas, como sempre fora no passado, por forças portuguesas. O problema subsistirá aliás depois da Independência, e se apelará para tropas mercenárias alemãs e irlandesas.

Tais são, entre outras semelhantes, as circunstâncias que tornam indispensável uma nova política de povoamento, capaz de transformar esse aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que constituíam o país, numa base segura para o trono português e para sede de uma monarquia européia. Não é de esquecer também que sobre o tráfico africano que representava a principal corrente povoadora deste território semideserto, pesava uma ameaça latente e fatal: a sua extinção num prazo mais ou menos remoto, mas já então reconhecida como certa. E isto dizia muito de perto com os interesses da grande lavoura necessitada de braços. A formação de novas correntes demográficas constituía assim uma necessidade inadiável, e a ela aplicou-se a administração portuguesa.

Mas como em todas as iniciativas em que se meteu, sua ação será fraca e dúbia. Às suas deficiências orgânicas e que já vinham de séculos, acrescentava-se então a posição incerta em que se encontrava, deslocada no Brasil e hesitante na linha política a seguir com relação à colônia. Sua contribuição durante a permanência da corte no Brasil não passará do estabelecimento de um punhado de núcleos coloniais formados com imigrantes alemães, suíços e açorianos, e distribuídos no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, e em menor escala em Santa Catarina. Para a História, terão mais importância as intenções que os resultados numericamente mínimos.

Os governos que se seguem depois da partida do Rei (governos de um Brasil já independente) continuarão a tarefa empreendida e que já contavam com tais antecedentes. As agitações políticas do momento e as graves dificuldades financeiras em que se debatem não lhes darão contudo oportunidade para uma ação mais eficaz. Aliás o problema da imigração européia para o Brasil oferecia grandes dificuldades. Contra ela atuavam vários fatores: o clima tropical desfavorável a colonos europeus (considerado como tal, pelo menos); a organização social e econômica pouco atraente que o país oferecia; o regime político vigente, em que, embora sob a capa de instituições parlamentares, a liberdade mesmo civil era inexistente para a massa da população, mesmo com exclusão dos escravos. Havia ainda as restrições de ordem religiosa que punham sério embaraço à imigração dos países protestantes da Europa, que eram justamente aqueles que forneciam então os maiores contingentes emigratórios. A Alemanha em particular.

A corrente imigratória será ainda por muito tempo fraca. Não terá aliás no momento que nos ocupa grande interesse imediato. O tráfico africano continuava a despejar anualmente no país algumas dezenas de milhares de indivíduos que supriam abundantemente as necessidades de mão-de-obra. Longe de confirmar as previsões pessimistas que haviam sido feitas e que a atitude intransigente da Inglaterra parecia à primeira vista corroborar, a importação de escravos achava-se como nunca florescente. Será somente com a iminência de sua extinção (lá por volta de 1840 e tantos), e sua efetiva interrupção pouco depois, que a questão da imigração européia

e da colonização volta a ocupar um primeiro plano das cogitações brasileiras. Reativa-se a política de povoamento, e a par das colônias oficiais ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros. E corresponde a um período em que começa a se manifestar a presença do problema imediato da mão-de-obra: convinha mais encaminhar os imigrantes diretamente para as grandes lavouras necessitadas de braços.

O ideador do novo sistema será um grande proprietário de São Paulo, lavrador de café e figura prestigiosa na política do país: o Senador Nicolau de Campos Vergueiro. Introduziu ele na sua fazenda de Ibicaba, entre 1847 e 1857, 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas. O exemplo foi imitado por muitos outros lavradores de café da província de S. Paulo, e em menor escala noutros lugares. Os resultados do sistema foram, a princípio bons, e São Paulo chegou a contar cerca de 70 destas colônias. Mas aos poucos foram-se evidenciando seus inconvenientes. Os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embarçar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país onde se engajavam, eram geralmente redigidos em proveito exclusivo do empregador e não raro com acentuada má-fé. Além disto, a coexistência nas fazendas, lado a lado, de escravos que formavam a grande massa dos trabalhadores, e de europeus livres fazendo o mesmo serviço que eles, não podia ser muito atraente para estes últimos e representava uma fonte de constantes atritos e indisposições. Doutro lado, o recrutamento de colonos na Europa se fazia sem maior cuidado; os agentes dele incumbidos não tinham outra preocupação que o número, pois por ele se calculava sua remuneração. Aceitavam qualquer candidato, sem indagar da sua prestabilidade para o trabalho agrícola, e sobretudo o pesado esforço exigido por uma agricultura tropical de desbravamento. Chegavam a emigrar para o Brasil não raro até enfermos e velhos inválidos. Pode-se imaginar o desapontamento e a indisposição dos fazendeiros para com seus colonos quando, depois de longa e demorada espera, recebiam destas turmas de trabalhadores imprestáveis a que se tinham prendido por contratos que eram obrigados agora a cumprir!

Nestas condições, não é de admirar que de parte a parte comesçassem a surgir descontentamentos. Os proprietários vão perdendo interesse por um sistema tão cheio de percalços e dificuldades. Doutro lado, alarma-se a opinião pública na Europa, em particular na Alemanha e em Portugal, donde provinha então a maior parte da imigração para o Brasil, com a sorte aqui reservada para seus com-

patriotas emigrados. Sucedem-se os inquéritos oficiais, e em grande maioria eles são desfavoráveis e desaconselham a emigração. Desencadeia-se então contra ela forte campanha, e a emigração para o Brasil chega a ser proibida na Alemanha em 1859. A corrente de imigrantes alemães tornar-se, depois de 1862, quase nula; quanto à portuguesa, diminuirá de mais de 50%.

Interrompe-se assim novamente o fornecimento de trabalhadores europeus para as fazendas. Aliás a região onde o problema da mão-de-obra era mais agudo, o oeste despovoado de São Paulo, e onde se desenvolvia mais ativamente a lavoura do café, começará por esta época a encontrar maiores facilidades em abastecer-se de escravos, graças ao fato de outras regiões cafeicultoras (o vale do rio Paraíba e adjacências) alcançarem então o apogeu do seu desenvolvimento e entrarem numa fase de estabilização precursora da próxima decadência; reduzia-se assim sua concorrência no mercado de mão-de-obra.

A situação voltará a tornar-se aguda em 1870, em virtude sobretudo do considerável incremento da lavoura cafeeira no decênio anterior. Além disto, como vimos, é então que a escravidão recebe seus primeiros grandes golpes que fazem prenunciar sua próxima extinção; isto constituirá um forte estímulo para medidas de fomento à imigração. Elas viriam ao encontro de uma situação internacional favorável: de um lado, inicia-se nos Estados Unidos uma política de restrições da imigração; esta tinha de procurar outras direções, e o Brasil, em pleno florescimento econômico, será uma delas. Doutro lado, entrava em cena um novo país de grande emigração, a Itália, como resultado das perturbações políticas e sociais por que atravessava. E o italiano, tanto pela questão de clima, como de afinidade maior com as condições do Brasil, adaptar-se-á melhor e mais facilmente que o alemão e outras populações do norte da Europa que dantes formavam os principais contingentes emigratórios que se dirigiam para a América. Além disto, o italiano é um trabalhador mais rústico e menos exigente; aceitará de boa vontade as duras tarefas da lavoura brasileira. A emigração italiana para o Brasil, muito escassa até 1875, subirá em 1876 para quase 7.000 indivíduos; e no ano seguinte, com mais de 13.000, superará largamente todas as demais correntes, inclusive a portuguesa, até então na vanguarda e que mal atingirá 8.000. Daí por diante e até o século atual, a imigração italiana conservará sempre, e com grande vantagem, este primeiro lugar.

Nesta fase que ora se inicia, a imigração no Brasil tomará um novo rumo. Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados; isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários. Obviavam-se com isto alguns dos principais inconvenientes do sistema anterior, fazendo desaparecer as dúvidas que sempre surgiam por ocasião da fixação das quotas que cabiam respectivamente ao empregador e ao empregado. Além disto, em vez de preceder à vinda do imigrante com contratos já assinados na Europa, o governo tomará o assunto a seu cargo, limitando-se a fazer a propaganda nos países emigratórios e pagando o transporte dos imigrantes até o Brasil. Chegando aqui, eles eram distribuídos pelas di-

ferentes fazendas de acordo com as necessidades delas e os pedidos feitos.

Este processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passou a ser denominado "imigração subvencionada", reservando-se o nome de "colonização" ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. Ambos os sistemas terão seus partidários. A "imigração" tem naturalmente a preferência dos maiores e mais diretos interessados: os proprietários necessitados de braços. Resolviam com ela, desde logo e sem delongas, o seu problema de trabalho. O plano da "colonização" não apresentava solução tão pronta e imediata; mas suas perspectivas eram mais amplas. Argumentavam seus partidários que o principal era incrementar o povoamento do país; a questão de braços para a grande lavoura resolver-se-ia naturalmente no futuro como consequência de tal incremento: dos núcleos coloniais sairiam logo os trabalhadores necessários. E havia a vantagem de tornar a imigração para o Brasil muito mais atraente, oferecendo aos candidatos, desde logo, a possibilidade de se tornarem proprietários. Sem contar as vantagens de ordem social, pois formavam-se assim verdadeiros povoadores, fixados na terra e com ela identificados, em vez de populações flutuantes e desenraizadas de mercenários.

A razão última estava com eles, certamente. Mas nada puderam contra o interesse poderoso dos proprietários necessitados de braços e que precisavam de uma solução imediata para o problema premente de mão-de-obra que enfrentavam. Sobretudo nas regiões onde a grande lavoura dominava de uma forma absoluta, particularmente em São Paulo, nunca se cuidará em escala apreciável da organização de núcleos coloniais de pequenas propriedades. Os imigrantes que chegavam eram poucos para as necessidades da lavoura cafeeira sempre em franco progresso, e a quase totalidade deles se fixarão nas fazendas como simples assalariados.

O sistema de "colonização" terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. Para o norte do Brasil a questão não se proporá: esta parte do país nunca receberá uma corrente apreciável de imigrantes europeus, apesar do interesse que muitas vezes se tomou lá pelo assunto. Havia aí o obstáculo do clima, menos atraente para as populações da Europa, bem como de uma situação econômica estacionária, se não decadente. O Sul, pela sua riqueza e prosperidade, e favorecido ainda por um clima mais favorável, tornara-se o pólo único de atração, no Brasil, das correntes imigratórias.

Em conjunto, a "imigração" (no sentido restrito dado à palavra) superará sempre, de muito, a "colonização". As principais dificuldades que tornaram tão difícil, no primeiro momento, o engajamento de trabalhadores livres nas fazendas, serão vencidas nesta segunda fase mais madura e ativa da imigração européia. De um lado os proprietários, já com dificuldades muito maiores de mão-de-obra, e contando cada vez menos com outros recursos além do imi-

grante europeu, procurarão ter com ele mais considerações e tratá-lo de acordo com sua condição de homem livre. Mais tarde, aliás, começará também a intervir uma legislação protetora que assegurará algumas garantias e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Doutro lado, o abandono do sistema de parceria e a adoção do salariado afastou, como vimos, uma das principais causas de atritos e desentendimentos; um salário fixo, em regra por tarefa e estabelecido por normas e praxes gerais, eliminou qualquer margem para dúvidas. Finalmente, na região em que sobretudo se iriam agora fixar os imigrantes, o oeste de São Paulo, a proporção dos escravos para os trabalhadores livres se reduziria muito; a massa escrava, em declínio desde a abolição do tráfico, já não era suficiente para suprir os setores de ocupação mais recente; os escravos eram aí em minoria. A maior parte das fazendas de café instaladas depois de 1880, contará sobretudo e quase unicamente com trabalhadores livres. Desaparece assim mais uma circunstância geradora de dificuldades para o trabalho livre, e que era sua coexistência nas mesmas fazendas e em iguais tarefas com o trabalho servil.

O progresso da imigração no último quartel do século será rápido. Ela começa a crescer depois de 1871, atingindo em 1886 pouco mais de 30.000 indivíduos. No ano seguinte, quando a abolição do regime servil se mostrava já iminente, salta bruscamente para 55.000; e no próprio ano da abolição (decretada como vimos em maio de 1888) sobe para mais do dobro deste número (133.000). Daí por diante, e até o fim do século, a imigração conservar-se-á sempre num nível médio anual largamente superior a 100.000.

Mas se este progresso do trabalho livre foi em grande parte condicionado pela decadência do regime servil, inversamente ele acelerará consideravelmente a decomposição deste último. Pondo em evidência as suas contradições no que diz respeito à sua insuficiência, tanto quantitativa como qualitativa, irá cada vez mais minando suas bases e apontando para o caminho do futuro. Doutro lado, a presença do trabalhador livre, quando deixa de ser uma exceção, torna-se forte elemento de dissolução do sistema escravista. Através do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo. Se dantes a servidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo. Quando os abolicionistas começam a agir nas fazendas, pregando a revolta e a fuga dos cativos, seus principais colaboradores serão os trabalhadores livres que levam aos escravos o exemplo e a palavra benfazejos da liberdade.